



ELAINE ELISABETSKY, ETNOFARMACÓLOGA PIONEIRA NO BRASIL

Lin Chau Ming

Departamento de Horticultura, Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista – Botucatu, São Paulo. *Email: linming@fca.unesp.br

Submitted: 30/04/2018; Accepted: 15/06/2018

Minha conversa com Elaine foi tida de forma não usual. Pelo menos assim achei, comparando com as que eu já havia feito com alguém ou lido sobre alguém. Sim, usei o whatsapp, esse aplicativo que tem sido a coqueluche de milhões de usuários de telefones celulares e que tem substituído, com vantagens admiráveis atualmente, outras funções para a comunicação entre as pessoas. Não que eu já tivesse utilizado esse modo de entrevistar as pessoas, não, pois sou iniciante, comecei a usar telefone celular há pouco mais de 3 meses, presente de minha esposa. Antes disso, apenas telefone fixo e internet para troca de emails, para ficar apenas nos dois meios que considero (ou considerava) os mais modernos existentes, desde que a raça humana havia inventado a linguagem, a comunicação entre os seres viventes, a fala compreensível entre duas ou mais pessoas.

Tive que usar esse sistema por duas razões. A primeira, porque estava no exterior, mais precisamente, no Jardim Botânico de Nova York, onde realizei um estágio sênior, com bolsa da CAPES, por 12 meses. Mas não poderia voltar ao Brasil para uma conversa presencial, o meio mais indicado para as pessoas, com toda a certeza. A segunda razão, que poderia ser uma alternativa à primeira impossibilidade, foi que no Jardim Botânico, o computador que eu utilizo para o trabalho, disponibilizado no escritório de visitantes para o qual fui encaminhado, não aceitava a instalação do Skype, sistema esse que permitiria ver a imagem da pessoa no outro lado da linha. Então não restou outra alternativa que não fosse a citada acima, após ter pedido ao meu filho Leonardo que tentasse algum aplicativo que pudesse usar para essa atividade, sem sucesso¹.

Como todos sabemos, entrevista sem a presença física do outro, acaba por ser, muitas vezes, uma coisa fria, pois não se permite aos dois lados, a sensação do olhar direto, o movimento da fala, o gesto inusitado, o trejeito da resposta, o suspirar insuspeito. Ainda mais com o “*whats*”, cada fala teria que ser feita uma de cada vez, não permitindo interrupções ou conversas ao mesmo tempo, normais em situações onde se está na presença do outro. Mas muito melhor do que entrevista via correio, como sugere alguns livros. Ou por telefone, sairia caríssimo. E assim foi feito.

Mas não pensem que a conversa foi destituída de emoções. Diferentemente de entrevistas que pessoas fazem com outras quando apenas se encontram pela primeira vez (após marcar um encontro), com um roteiro de perguntas já armazenado na memória de um computador ou mesmo direto na cabeça, e um estudo prévio (e rápido) do outro, para conhecer com antecedência quem iremos entrevistar, para não fazer muito feio, esta foi mais parecida com uma conversa na frente do outro. Até porque já nos conhecíamos anteriormente, desde muitos anos atrás, e frequentemente nos encontrávamos em eventos científicos ou acadêmicos, além de termos trabalhados juntos em algumas ocasiões. Já havíamos conversado sobre muitas coisas, cada um não era estranho um ao outro nesse caso.

Então, eu em Nova York e ela em São Paulo, iniciamos nossa conversa no início de uma tarde do outono americano e primavera brasileira. Já havia enviado anteriormente a ela, via email, um roteiro de assuntos que eu gostaria de abordar, porém, a deixei livre para sugerir outros ou mesmo não aceitar alguns dos enumerados. Não sou jornalista, não tenho formação técnica para tal, mas a ela toda liberdade foi dada, como preconiza os bons manuais de Antropologia Cultural, para uma boa conversa, nesses casos, apesar do roteiro encaminhado. E tampouco sou antropólogo, mas fui tateando as metodologias para não errar muito. Mas ela aceitou falar sobre todo o proposto.

E quando o texto já estava quase pronto, veio-me à cabeça colocar algumas fotos, em partes que fossem interessantes, para dar mais estímulo à leitura e complementar informações escritas com

¹ A entrevista foi feita no período de 21 a 28 de setembro de 2017, com complementações em novembro do mesmo ano e janeiro e fevereiro de 2018)

informações visuais. Então ela logo se prontificou e enviou algumas imagens onde aparece em diferentes situações. Umhas estão amareladas em função do tempo, outras em função do scanner que não fez um bom serviço, mas acho que mesmo assim, ficou melhor, mais bonito também.

Meu primeiro contato

Antes de falar sobre a conversa com Elaine, gostaria de dizer como e quando foi meu primeiro contato com ela. Estava em minha primeira participação em um evento científico onde apresentaria um trabalho, o Simpósio de Plantas Mediciniais do Brasil, ocorrido em 1988 em São Paulo. Já se vão 30 anos. Não é comum um extensionista rural participar de eventos científicos, pois as áreas muitas vezes não se conectam, apesar de haver muitos laços comuns e interessantes. Lá estava eu no meio de tantas pessoas do país inteiro, que faziam pesquisa com as plantas medicinais. Eu havia feito um levantamento de plantas medicinais utilizados por uma comunidade tradicional no município onde eu trabalhava na Emater – PR e iria apresentar um pôster sobre isso. Me impressionei com a quantidade de participantes, pois nunca havia ido a um evento científico tão cheio assim.

Mas soube naquele dia, por uma passada rápida nos nomes das pessoas e instituições dos autores de trabalhos daquele evento, que havia poucos agrônomos. Acho que éramos somente três. E eu buscava mostrar para pesquisadores de outras áreas, a conveniência e a necessidade de se ter uma equipe interdisciplinar que incluísse um profissional da área de produção vegetal, pois como fornecer material em quantidade adequada e com requisitos mínimos de qualidade química para a fabricação de um determinado fitoterápico ou fitofármaco, sem que houvesse pelo menos pesquisa na área agrícola? Reunimo-nos os três, e escrevemos uma declaração, lida em uma das plenárias do evento, colocando esses termos. Uma audácia e tanto, ponderamos, mas achamos que era preciso naquela oportunidade.

Havia lido um tempo atrás, um artigo de 1987, escrito pela Elaine colocando a importância na produção e cultivo de plantas medicinais. Talvez tenha sido uma das primeiras a compreender a importância dessa relação e eu a citaria depois em minhas aulas na Agronomia.

E não é que ela iria apresentar uma palestra naquele evento? Então eu poderia ter a chance de conhecer pessoalmente a autora de um artigo científico que havia lido. Pode parecer engraçado o sentimento nessa ocasião. É misto de um deslumbre com reconhecimento. Ela não era artista, mas era uma personalidade importante no meio acadêmico. Não iria pedir autógrafa (nem para artistas eu peço!), mas iria poder conhecer e conversar um pouco sobre as ideias colocadas no artigo. Algumas pessoas dizem assim:

- *Legal poder estar diante de uma referência bibliográfica!*

Ou ainda:

- *Nunca pensei que iria poder conhecer pessoalmente autor de algum artigo que li!*

Algumas atitudes que parecem colocar um pesquisador no mesmo patamar que um artista. Puxei uma conversa rápida com ela, pois estava atendendo a algumas pessoas, naquelas rodas que sempre se formam nos momentos pós-palestra.

Mas acho que eu tirei foto com ela, a meu pedido...

Influências familiares

Elaine aposentou-se há pouco, então hoje fica a maior parte de seu tempo em São Paulo, cidade onde nasceu e cresceu. Ficou por lá até finalizar seus estudos na Escola Paulista de Medicina, em Biomedicina. Hoje mantém com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a afiliação como docente convidada, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Bioquímica, onde ainda dá cursos de pós-graduação, além de orientar e cooperar em projetos de pesquisa. Também orienta e coopera no Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria da mesma instituição.

Ela estava na casa dela, podia-se escutar barulho que parecia ser de prato sendo lavado ao fundo, talvez estivesse na cozinha. Uma vida tranquila, aliás, um pouco mais tranquila, para essa mulher irrequieta, mente em constante atividade e movimento. Essa inquietude já se manifestava desde a infância, educada sob a influência dos pais judeus (não ortodoxos), onde a liberdade de pensar estava intimamente ligada à responsabilidade em estudar.

Pai médico, otorrinolaringologista, professor da USP, não incentivou a carreira médica, que era muito puxada, e achava que “um idiota é suficiente na família”. Da mãe, secretária executiva da Pan-Air antes do casamento e depois dos filhos, tradutora-intérprete, queria que fosse professora de colégio, “para ter meio período livre para a família”.

Mas as atividades acadêmicas do pai foram marcantes na definição da carreira que queria seguir, pois as viagens eram constantes, para palestras, congressos e outras atividades afins em suas atividades médicas (ajudou a fundar o Hospital Albert Einstein). E a jovem menina se inspirava nele. Queria viajar e conhecer locais diferentes, ao ajudá-lo a organizar a sequência de slides (diapositivos) de suas incontáveis palestras ou aulas. A mãe a apoiava em suas ideias, com um certo receio, não queria que a filha se arrumasse em atividade tão corrida.



Figura 1: Elaine junto com familiares, ainda bem nova

“Não queria Biologia, por causa de decorar. Taxonomia era terrível! Queria profissão que permitisse viajar, participar de congressos. Fui educada numa casa de educação mais liberal. Os judeus têm essa característica mais liberal, interessante, investem na educação da mulher, tanto eu quanto minha irmã, e o conhecimento é muito valorizado, não sei os ortodoxos, mas assim como eu os conheci. A sorte de eu ter vivido numa família desse tipo. E meu pai gostava muito de eu fazer Biomedicina. Tinha orgulho da filha pesquisadora, isso era muito valorizado.”

Optou nos estudos secundários pelo científico, e no cursinho soube através de um dos professores que havia essa carreira nova. Fez então o vestibular para o CESCEM, que abrangia as carreiras ligadas às ciências biológicas e medicina. Por segurança, colocou como segunda opção no vestibular unificado, a Biologia na USP, mas já estava certa de que não iria fazer. Como segunda garantia, fez vestibular também para Matemática no Mackenzie, onde, caso não passasse na Paulista de Medicina, ficaria estudando, mas se preparando para novo vestibular. Passou nos dois vestibulares e então foi estudar na região da Vila Clementino. Foi uma das 20 que passaram naquele vestibular, o único da área na época.



Figura 2: Elaine (em pé ao centro, com colega ao lado com braço em seu ombro) em saída de campo com a turma da Paulista de Medicina em Ilha Bela, 1974

Os mais novos não sabem, mas nessa época havia vestibulares unificados no Estado de São Paulo, mas por grandes áreas. Havia o CESCEM, para os cursos ligados às áreas biológicas e Medicina, o CESCEA, ligado aos cursos das áreas de humanas e Administração/Economia, e o MAPOFEI, sigla que representava as principais escolas de engenharia em São Paulo. Em 1975 houve a unificação desses vestibulares pela FUVEST.

Por entre prédios e laboratórios da rua Botucatu: trabalho com o prof. Izquierdo

Na faculdade, esse misto de Medicina com Biologia a contagiava. Algumas disciplinas a animava mais do que outras, e assim foi levando seus estudos, com bom desempenho, segundo ela mesma.

“Naquela época, a Escola Paulista de Medicina, onde o curso de Biomedicina foi criado, era muito voltada para pesquisa e docência. O curso foi formado por dois professores de Farmacologia que se sentiam incomodados com os professores médicos que achavam que se dedicavam pouco, raramente integralmente ao ofício de docência e pesquisa na Medicina; tinham suas consultórios particulares, outros hospitais e clínicas, e a docência era secundária. Queriam mudar e criaram o curso para formar professores e pesquisadores das áreas básicas da Medicina. Da minha turma, se formaram 14.”

A Paulista de Medicina havia recebido esse professor que exerceria grande influência nas opções acadêmicas e científicas de Elaine (e em outros estudantes). Recém chegado dos Estados Unidos, onde estudou processos fisiológicos relacionados à memória, o prof. Izquierdo ganhou um laboratório exclusivo para essa área e foi logo cercado por estudantes interessados no assunto.

A experiência acadêmica de Elaine foi única, como decerto são as de todos, mas houve uma série de coincidências (quem acredita nelas?) que a fizeram desempenhar um importante papel na história da etnofarmacologia no Brasil.

O prof. Izquierdo tinha acabado de voltar ao Brasil, já era um nome bastante considerado dentro da área de fisiologia da memória. A Escola Paulista de Medicina (EPM, na época, hoje Universidade Federal de São Paulo), que já tinha tradição em pesquisa, havia reformado meio andar para prover o Izquierdo com espaço e laboratório adequado. Então os alunos que estivessem interessados na área naquela época, teriam a chance também de serem os pioneiros. E Elaine estava nessa turma, tendo começado IC no laboratório que o Izquierdo usou quando chegou na EPM.

“Comecei a faculdade pensando em fazer genética, depois me apaixonei por embriologia que achei totalmente fascinante; depois por fisiologia e quando finalmente chegamos à fisiologia do sistema nervoso central, vi que era aquela coisa integradora que eu queria. Comecei a trabalhar com neurofisiologia e para minha sorte, o Izquierdo tinha voltado dos Estados Unidos e procurado um local melhor para fazer pesquisa. Por isso acabei tendo a oportunidade fantástica de trabalhar com o Izquierdo, ser orientada por ele, um fabuloso pai científico e meu amigo até hoje.”

Finda a graduação, ganha uma bolsa de mestrado da FAPESP para trabalhar com ele. Mas no meio do caminho, um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estudante de doutorado na EPM da época, consegue convencer Prof. Izquierdo a se transferir a Porto Alegre, deixando os membros da coordenação da Escola Paulista bastante chateados, apesar do compromisso de ele ainda manter parceria, mesmo fora.

Então, à Elaine, foi dada a possibilidade de continuar sendo aluna da EPM mas desenvolvendo o projeto de pesquisa no Rio Grande do Sul. Isso perdurou durante os 3 anos de seu doutorado, pois havia conseguido transformar o mestrado em doutorado direto, uma situação bastante incomum naquela época. A linha de pesquisa que teve durante todo o doutorado foi na área de memória. O tema de sua tese foi relacionado a mecanismos fisiológicos do esquecimento. Quem acessar o Lattes dela é possível verificar o título de sua tese: *“Estudo farmacológico de canais de memória e de um mecanismo fisiológico de amnésia”*. E seus primeiros 10 artigos publicados foram abordando esse assunto.

Foram anos trabalhando em projetos com ele, desde os trabalhos de Iniciação Científica até doutorado, estudando as relações existentes entre a fisiologia e os processos neurológicos da memória, um tema bastante complexo até hoje.

Interesse com a “etno”

A inserção da área de pesquisa que relacionasse comunidades tradicionais foi vindo aos poucos nesse início de carreira acadêmica. O Brasil ainda estava sob a égide da ditadura militar. Setores da sociedade contrários a ela se manifestavam nas poucas chances existentes. Vinda de uma família de classe média mais liberal e tendo estudado em colégio com uma formação também mais aberta, o Rio Branco, gostava dos movimentos culturais de vanguarda, Caetano, Mutantes, essas coisas, e transitava em um ambiente universitário que também se respirava movimentos por mudanças políticas no país; manifestações exigindo liberdades democráticas ocorriam em todo o Brasil, especialmente em São Paulo. Movimento contra o aumento do custo de vida, greve dos metalúrgicos do ABC, Movimento pela Anistia... o País fervilhava!

Participou de alguns desses movimentos e possuidora de um pensamento de que o Brasil tinha que aproveitar a vasta diversidade biológica em prol da sociedade, Elaine se viu tocada a estudar as plantas medicinais e a Amazônia, região que estava na rota de exploração, com projetos governamentais que incentivavam sua ocupação, mediante desmatamento oficial.

Então, mudou radicalmente de ares, indo para a Amazônia, trabalhar como pesquisadora com bolsa do CNPq, naquela época chamada de Programa de Fixação de Pessoal Científico na Amazônia, na Universidade Federal do Pará, em Belém, onde depois, em 1983, fez concurso e foi contratada como docente.

A mudança havia sido naquela época. Já havia alguma discussão acerca das características da ciência que fazia no Doutorado.

“Trabalhei com o Izquierdo, um cientista que trabalhava com memória; apesar de relevante e fascinante cientificamente, do ponto de vista prático, à época, era fazer algo de mais relevância para o Primeiro Mundo: lá a população idosa tinha problemas de memória enquanto que eu via as pessoas aqui morrendo de diarreia. Me incomodava que meu fazer ciência não fosse de alguma maneira mais relacionado com o Brasil. Ele tinha toda uma coisa proposta para mim para depois do doutorado, ir para os EUA, mas venceu a ideia de fazer alguma pesquisa mais voltada ao País. A ideia de que os conhecimentos populares pudessem ser aproveitados e a investigação científica utilizada como fonte de desenvolvimento de drogas nacionais, foi o que me levou à Amazônia, uma coisa super nacionalista, de desenvolvimento do País. Conheci o termo Etnofarmacologia lendo no Current Contents um tal de Journal of Ethnopharmacology. Não tinha quem fizesse etnofarmacologia no Brasil, acho que eu fui a pioneira. Na Paulista de Medicina tinha essa ideia de estudo das plantas medicinais, Carlini inclusive, mas fazia mais a linha de farmacologia de produtos naturais.”

Suas leituras em literatura científica, particularmente o *Journal of Ethnopharmacology*, haviam aberto sua visão para o trabalho com as plantas nativas da Amazônia, mas também com as comunidades locais. Seria um prato cheio pra ela.

Na Amazônia inicia seus contatos com as comunidades e nelas tem a experiência com os conhecimentos tradicionais ligados ao uso das plantas medicinais locais, especialmente as nativas. Encanta-se. Visita comunidades tradicionais ribeirinhas, conversa com as mulheres, vai à floresta, é frequentadora assídua do Mercado do Ver-o-Peso, descobre um universo totalmente novo para uma paulistana que ainda há pouco tempo era acostumada a um ambiente urbano.

Seu primeiro trabalho publicado na área, em 1982, foi relacionado à flora medicinal da aldeia Olho D'Água, com os Guajajara, no Maranhão, junto com o colega de doutorado, hoje professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, Domingos Sávio Nunes e a profa. Maria Elisabeth Van Den Berg, do Museu Paraense Emílio Goeldi na época. Esse trabalho foi sugerido por algumas pessoas que falaram que esses índios usavam remédios deles e seria muito interessante o trabalho por lá. Assim que fez a primeira visita, continuou no local, abrindo caminho para outros trabalhos em etnofarmacologia que se seguiram em sua carreira.



Figura 3: Elaine em Fortalezinha do Pará, Pará, com Dona Pixica

“Quem está na rede é a Dona Pixica, em Fortalezinha do Pará, o local onde eu mais trabalhei com caboclos, uma parte importante do meu trabalho de Etno. Nessa ilha, que fica do outro lado do Algodual, tem essa vilazinha onde arrumei uma casinha de barro e palmeira e passei muito tempo indo e vindo e ficando por ali, trabalhando sobretudo com as mulheres. Enquanto fazia farinha, ou acompanhava na roça, ou lavava roupa, falava-se de saúde, doença e remédio. Até decidiram que eu fazia parte do clube de mães, apesar de não ter filhos. Uma discussão engraçadíssima que te conto um dia. Dona Pixica se fez minha mãe. Gosto da intensidade da conversa.”

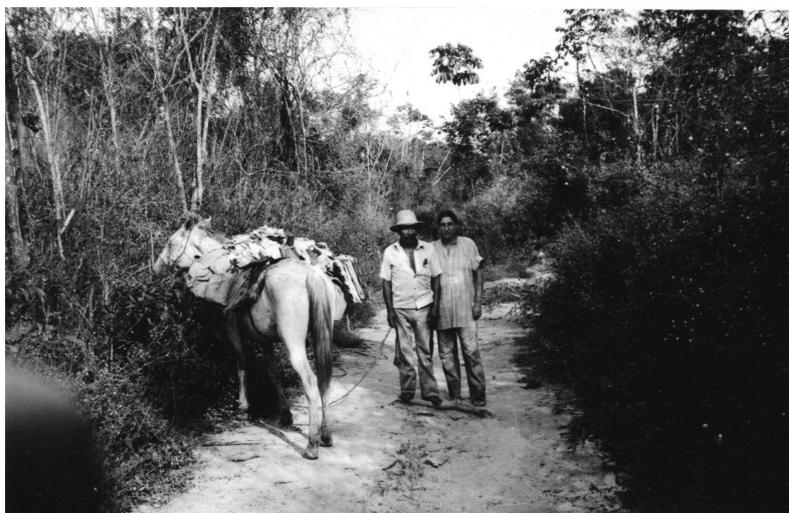


Figura 4: No trabalho com os Guajajara no Maranhão, em 1982

“Não tinha quem fizesse etnofarmacologia em Belém. O tema não era muito falado, o turning point foi em um simpósio de plantas medicinais, organizado pelo Mors e Gottlieb². Meus projetos no CNPq eram sempre negados. Não davam valor para a Etnofarmacologia. No simpósio, dei palestra de etnofarmacologia no meio de farmacologistas tradicionais, uma coisa horrível, mas eu consegui prender a atenção da plateia, e foi a primeira vez que eu me senti respeitada no Brasil. Quando terminou a palestra, o Gottlieb, que sempre falava tão mal, tão mal de tudo isso, andou até onde eu estava e me disse “poucas vezes, tantos aprenderam tanto em tão pouco tempo”, parafraseando Churchill. Depois disso, ele me convidou para dar palestras em outros congressos que ele organizou e nos tornamos amigos.”

²Walter Mors e Otto Gottlieb organizaram o evento no Rio de Janeiro, em 1986

Numa análise rápida em seu currículo, é possível verificar que grande parte dos seus artigos publicados (121 até a data da entrevista), é na área de etnofarmacologia ou usando informações etnofarmacológicas de algumas espécies vegetais (*Psychotria* spp.; *Pythocpetalum olacoides* e *Aeolanthus suaveolens*) em ensaios farmacológicos e fitoquímicos.

“Trabalhos como o de Psychotria colorata demoram, mas foram feitas a partir da etnofarmacologia, plantas eram usadas para dor e depois estudamos as Psychotria do Rio Grande do Sul. Outra linha foi com o linalol, da catinga de mulata (Aeolanthus suaveolens), que fazia parte de uma receita popular, para convulsão, mas quando se lê os títulos (dos artigos), é neuroquímica, mas a base é etnofarmacologia.”

O interesse e segurança na pesquisa nessa área foram se consolidando com diferentes trabalhos no Brasil e contatos e experiências no exterior. Ganhou bolsas de pós doutorado de diferentes instituições estrangeiras (Fullbright, British Council e OEA) e teve a oportunidade de conhecer e trabalhar com alguns grandes nomes da área do mundo como Brent Berlin, Michael Balick, Norman Fansworth, Richard Evans Schultes, Guillelan Prance, Nina Etkin, e claro, Darell Posey.

Conta algumas das experiências com esses estrangeiros. Uma delas, com Richard Evans Schultes, que na época era professor de Etnobotânica na Universidade de Harvard, ele permitiu que ela ficasse com a chave da biblioteca de etnobotânica que havia montado na instituição.

“O bibliotecário responsável ficava incomodado porque ninguém nunca tinha feito isso antes. Mas ele disse que eu poderia entrar a hora que quisesse. A biblioteca era fantástica. Fiquei algumas madrugadas pesquisando lá, aproveitei.”

Sua fluência na língua inglesa, associada a um espírito nacionalista, a credenciou em realizar alguns embates políticos/científicos em alguns eventos, uma vez que, à época, o Brasil, a Amazônia particularmente, era objeto de cobiça dos estrangeiros, sejam eles, empresas ou pesquisadores. Muito se articulava para que pudessem haver algumas situações para que o nosso patrimônio genético fosse usado, sem nenhum tipo de contrapartida, afinal, era a *praxis* corriqueira. Então Elaine se equiparava nas argumentações orais com essas pessoas, falando de igual para igual com elas.

“Eu tenho certeza que uma coisa que me ajudou foi ser fluente em inglês, na época, que era mulher, que era local, latino-americana e que falava inglês, isso me ajudou muito. Assim, se eu não estivesse falando muita bobagem, e como falava coisas que eles consideravam inteligentes, era uma comodidade para eles me convidarem, ser uma mulher latino-americana e ainda falava inglês”.

Conviver e enfrentar ideias e argumentos que ultrapassassem os limites da ética foram experiências que a tornaram referência em várias partes do mundo. País em desenvolvimento, ainda somos vistos com desdém por estrangeiros. Claro que isso está mudando, por dois lados. De um lado, a posição mais firme de pesquisadores brasileiros nos ambientes acadêmicos/políticos, e do outro lado, a compreensão por parte dos estrangeiros, de que está havendo o desenvolvimento em nosso País, sim.

“Se hoje mudou ou não, não sei, acho que depende de quem a gente está falando, há de fato pesquisadores que sabem respeitar a inteligência dos pesquisadores e outros que são arrogantes, que não vão reconhecer isso nunca. A minha frase standard era: ‘há vida inteligente abaixo do Equador’ e que eles precisavam ver isso.”

Era até normal, algum tempo atrás, realizar reuniões científicas internacionais e convidar representantes de países em desenvolvimento. Elaine conta que num desses eventos, no Missouri Botanical Garden, o *Intellectual Imperatives in Ethnobiology*, muita gente tinha sido convidada, e os assuntos da pauta da reunião foram colocados num *flip chart*, mas os relativos a repartição de benefícios, junto com outros temas de interesse aos pesquisadores de países em desenvolvimento, tinham sido apagados, causando grande descontentamento.

“Estava o Javier Caballero, do México, o Anthony Cunningham, da África do Sul, a Laure Emperaire estava lá, tinha mais gente da América Latina, tinham alguns chineses. Dissemos que queríamos discutir aqueles assuntos e os organizadores responderam que não tinha sala para a gente se encontrar. Nos disseram para discutir depois dos horários do evento, um negócio nojento. Um prédio imenso e moderno financiado pela Monsanto. A gente

estava lá para eles falarem que tinham convidado pessoas da América do Sul, do terceiro mundo, como que validando os tais Imperatives. Como estávamos todos em jet lag, nos encontrávamos cedo e reuníamos ali mesmo na entrada. No final, pediram ao Anthony para resumir o que tínhamos discutido e resolvido, e ele se recusou. Disse que se não havia espaço para discussão também não deveria estar nos anais. Na realidade, foi uma aula de lobby entre os próprios americanos para discutir as estratégias de melhorar os financiamentos para projetos de etnobotânica. Isso e umas luvas maravilhosas de jardinagem foi o que eu levei daquele encontro.”

Isso me lembrou de um evento que eu participei em Mérida, no México, em 1997, o II *World Congress on Medicinal and Aromatic Plants for Human Welfare*, onde levei trabalho em painel para apresentar. Alguns dos orientados da Elaine também estavam presentes, dentre outros brasileiros. Na sessão dos painéis, realizada em corredores de um local coberto do evento, que cercava um jardim interno, centenas de pessoas estavam percorrendo por entre os resumos grudados em painéis de madeira. Muita movimentação e ambiente mais agitado, como de costume nessas ocasiões. E como acontece com frequência, os autores dos trabalhos têm que permanecer, durante um determinado período de tempo, em frente a eles para poderem conversar/tirar dúvidas de eventuais interessados. Mas muitos apresentadores também fazem seu giro para lerem os trabalhos produzidos por outros pesquisadores, ausentando-se de seu local. E então...

Então eu tive a oportunidade de, pela primeira vez em minha vida, presenciar roubo de material científico, sim os meros resumos apresentados em painéis. Fui procurado por um aluno de doutorado brasileiro, não me lembro mais do nome dele, dizendo que a lista de plantas medicinais de seu trabalho que ele tinha afixado com uma tachinha no painel, tinha sido roubada. “Nossa! O que é isso?!” pensei. O sujeito poderia simplesmente ter solicitado uma cópia da lista para o autor e seguramente ele iria ceder. Procurei outras pessoas próximas para avisá-los do ocorrido.

Mas logo em seguida, no meio do burburinho que essa situação já começava a formar, outro brasileiro me procura (por que eu?):

– *Roubaram meu banner inteiro!*

Aí as coisas começaram a complicar ainda mais. Qual era o assunto do trabalho surrupiado? Uma listagem etnobotânica de plantas medicinais, que nem o do outro trabalho roubado. Juntou-se muita gente agora. O que fazer? Como era possível, num ambiente acadêmico acontecer uma coisa dessa? Cadê a segurança para evitar que isso pudesse ocorrer? Quais eram os interesses por trás dos roubos? Quem os teria feito? A mando de quem?

Não daria para saber sem que os culpados fossem localizados, uma coisa muito difícil de acontecer naquele momento. Qual decisão tomar?

Bem, passado algum tempo discutindo, decidiu-se, o grupo, fazer uma denúncia junto à comissão organizadora. E lá fui eu (por que eu de novo?), com os prejudicados e outras pessoas, ao presidente da comissão relatar o ocorrido e pedir para que pelo menos houvesse uma segurança maior nas sessões seguintes e que fossem anunciados os roubos na plenária, para que todos os participantes soubessem do que tinha acontecido.

Acho que foi a conduta mais adequada na ocasião. Os trabalhos não foram recuperados. A coincidência foi de que ambos eram trabalhos com plantas medicinais brasileiras e os conhecimentos de comunidades tradicionais. Mera coincidência? Penso que não. Paranoia do pessoal brasileiro? Também penso que não.

Esse caso mostra que muitas vezes os interesses acadêmicos podem estar camuflados por outros interesses e que a questão da soberania brasileira sobre acesso aos recursos genéticos e os direitos das comunidades indígenas e tradicionais não são assuntos apenas folclóricos, merecem um tratamento sério e responsável por parte de todos, incluindo aí, nós os pesquisadores, no âmbito de nossos trabalhos de campo e na divulgação destes.

Medo, quem não tem?

Em suas andanças por diferentes regiões do mundo, no contato com comunidades tradicionais e indígenas, às vezes em locais inóspitos, diz ter feito com imenso prazer. Paulistana, nunca foi muito movida por um desejo de ter contato com a natureza, é daquelas que preferia pousada a acampamento. Mas isso nunca lhe trouxe medo no trabalho de campo?

“Não me considerava corajosa, mas sim inconsequente. Não parava para pensar e ia fazendo. Nunca tive medo de doenças, medo de cobra, dos índios. Eu sou uma daquelas pessoas que não pegava malária nas viagens. Por exemplo, em uma ocasião em Gorotire, dos cinco pesquisadores de uma equipe, quatro pegaram, enquanto que eu não. Eu doei sangue para pesquisar fatores de risco/proteção de malária, essas coisas. Pra mim isso é uma benção. Impressionante como eu nunca tenha pegado nem malária nem outras coisas sérias nos muitos anos que vivi por lá.”

Fez uma pequena e rápida retrospectiva de suas “inconsequências” realizadas não somente no Brasil, mas em outros países (num caso especial na Nigéria, mas esse fica para depois), e chegou à conclusão que era isso mesmo, e que se tivesse que pensar em fazer de novo, certamente não o faria na sua grande maioria.

As condições que a natureza impõe para as pessoas, que como nós, adentram às florestas, podem causar realmente alguns bons estragos em nossos corpos, mas penso que danos piores que vêm à nossa cabeça, vêm de ações feitas por humanos. Nos finais dos anos 1970, época da expansão da fronteira agrícola no Brasil, algumas regiões tiveram conflitos agrários/territoriais muito grandes.

Áreas indígenas eram invadidas e naquela época as sociedades indígenas ainda não eram tão organizadas quanto agora. Vide o que aconteceu no Paraná e Mato Grosso do Sul, dentre outros Estados. Na Amazônia, assassinatos eram recorrentes. Isso certamente também causava medo para ir a essas regiões. Como superar esse medo?

Pessoalmente, visitei algumas das áreas dessa enorme fronteira agrícola. Paulistano, ainda estudante de Agronomia, queria conhecer as regiões que não eram muito divulgadas no Brasil, seus moradores e as causas da luta pela terra. Visitei a região nordeste do Estado do Mato Grosso, onde, na Prelazia de São Félix do Araguaia, o bispo espanhol Dom Pedro Casaldáliga ajudava os posseiros e indígenas nessa luta desigual. Que bravo religioso. Completa 90 anos. Vida longa a essa grande figura que adotou o Brasil e o povo pobre aqui deste país. Alguns amigos meus foram conhecer o Bico do Papagaio, na região pertencente ao Maranhão. Luta renhida também, muitas mortes, polícia ao lado dos fazendeiros. Viram (e até participaram!) de alguns tiroteios trocados entre posseiros e fazendeiros. Sentiram na pele o clima causado por essa violência toda.

Elaine também foi ao Maranhão, trabalho com os Guajajara. Foi seu primeiro trabalho etnofarmacológico. Passou por situações difíceis lá. Passou um medo também.

“Eu e um colega fomos presos em Imperatriz, ao voltar do trabalho de campo. Corria o papo que nós seríamos traficantes de maconha para os Guajajara, pois eles usavam a erva e a gente foi preso. Primeiro não conseguimos carona para voltar. Eram vinte e cinco quilômetros para a cidade. Quando chegamos na cidade, fomos tomar banho e depois, quando a gente ia jantar, falaram “os caras estão aí”. E então nos levaram para a delegacia com as exsiccatas, mas deu um certo medo. Mas depois que viram, nos liberaram, pediram desculpas. De raiva, eu fiz o delegado ver todas as exsiccatas, uma por uma. Não queriam ver as plantas? Então agora vejam! E o escrivão dizia assim: ‘ah, isso aqui serve para não sei o que, esse outro serve para não sei o que... Mas tive um pouco de medo sim.’”

Certamente foi uma experiência diferente, mas mostra as condições da violência no campo no Brasil, particularmente aos setores mais marginalizados da sociedade ao longo da história. Hoje, não sei as estatísticas, mas o número de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais e indígenas segue muito grande, não somente na região do Arco do Fogo, e as políticas propostas (e algumas realizadas)



Figura 5: Elaine e sua sobrinha Valentina na Marcha das Mulheres em São Paulo. 08 de Março de 2017

pelo Governo Federal, em detrimento das comunidades tradicionais e indígenas, tendem a aumentar a tensão no País.

Desenvolveu suas convicções políticas, sua consciência do que se passa no País, à medida que participava de outras atividades, ao longo de sua vida, e isso pode ser verificado quando ela diz:

“Depois que me mudei para o Rio Grande, minha consciência política ficou mais aguda. Onde a política entrou mais forte no meu cotidiano, no meu modo de vida, pois é um Estado mais politizado. E eu me tornei uma pessoa consciente, no ter que ser. Não consigo não pensar em analisar qualquer coisa no aspecto político que isso implica. No Rio Grande eu me envolvi em movimentos mais feministas, no papel da mulher na sociedade.”

Saudoso Posey

Sem dúvida, a grande influência recebida por Elaine, na área de etnobiologia, foi a do antropólogo americano que trabalhava com populações indígenas no Brasil. Foi quem a introduziu nos meandros das pesquisas antropológicas e ambientais e aprofundou seu contato com comunidades indígenas. Mas foi muito mais do que referência científica. Ela conta um pouco como foi que o conheceu e alguns caminhos que tomaram então:

“Um dia na UFPA, me aparece o William Overall, que era pesquisador do Goeldi e conhecia o Posey, e ele ficou sabendo que tinha uma pessoa que trabalhava com plantas medicinais e o Posey estava procurando alguém para trabalhar no Projeto Kayapó, e daí ele veio me conhecer. Eu tinha acabado de publicar o trabalho que eu tinha feito com plantas medicinais dos índios Guajajara na aldeia Olho d’Água. Olha, disse, tenho esse trabalho que tinha publicado no Boletim do Museu Goeldi, mostra pra ele e veja o que ele acha. E o Posey tinha vindo para a SBPC, que foi em Belém do Pará, em 1982 ou 83, acho que 82, isso dá pra ver no Google depois, ele me apresentou ao Posey. Na hora que a gente se deu a mão, começou uma chuva federal, daquelas chuvas amazônicas, o Bill saiu correndo e eu o Posey ficamos num cantinho, na barraca, naquelas barracas de lona montadas no campus para a SBPC, numa pontinha de lona. Tinha cerveja para vender na barraca e ficamos assim umas três horas conversando, assim de cara, e foi assim que conheci o Posey. Ele se tornou uma grande influência na minha carreira e depois, certamente um de meus melhores amigos, e ele me convidou para trabalhar com os Kayapó. O principal objetivo do Projeto Kayapó era documentar a etnoecologia e a cultura Kayapó. Era multidisciplinar e ele não tinha a capacidade de sozinho fazer o trabalho e por isso convidava outros pesquisadores. Tinha problema de financiamento, mas obteve apoio de várias agências, inclusive internacionais. Posey ficou impressionado porque eu consegui através de um amigo, a doação de umas passagens para Conceição do Araguaia, PA, primeira perna da viagem a Gorotire, já que poucos dos que aceitavam trabalhar no projeto saíam atrás de financiamento. Eu ajudava no que podia, mas não me arvorei de ter sido uma participante importante nesta dimensão.”

Em 1987 Posey levou duas lideranças indígenas a Washington, sede do Banco Mundial, para denunciar que o financiamento que aquele banco estava dando ao Governo Brasileiro para construção de hidrelétricas na Amazônia iria ter consequências gravíssimas não somente para o meio ambiente, mas também para as populações indígenas que habitavam as florestas das regiões dessas construções. E criticava os incentivos fiscais brasileiros para derrubada da floresta para criação extensiva de gado. Assim que retornou ao Brasil, foi preso pela Polícia Federal, mas depois, continuou em suas pesquisas, continuou em sua luta.

Talvez alguns ainda se lembrem de uma foto impactante na época, 1989, onde uma indígena Kayapó, brandia um terçado perto da cabeça de um diretor da Eletronorte, José Nuniz Lopes. A atitude dessa índia, chamada Tuíra, representava os sentimentos de revolta e indignação dos indígenas frente à ideia de construção da hidrelétrica Kararaô. Posey estava ao lado das reivindicações indígenas e ajudou para que o projeto fosse abandonado naquela época, uma vitória importante e bastante festejada.

Contudo, anos depois, recentemente, a ideia da construção dessa hidrelétrica, também agora conhecida como Belo Monte, veio novamente à tona, com toda a força, e provavelmente, mesmo se ainda contasse com a participação, energia e organização do Posey, a resistência indígena (e de todos os setores da sociedade contrárias a ela) seria insuficiente, dada a dimensão política/econômica que esta obra assumiu.

Da parceria com Posey, Elaine continuou em outros projetos e estava sempre junto a ele nos eventos que participava. Em alguns que ele não poderia ir, ela o substituiu, não sem, claro, dizer que nos assuntos antropológicos, ela não poderia substituí-lo com a devida profundidade e experiência. Tornaram-se muito amigos.

“Sim, eu estava com o Posey durante a ECO 92, que teve aquele Parlamento da Terra, numa daquelas manifestações, eu também conheço alguns vídeos e muitos dos quais eu não apareço em algumas imagens lá feitas. Como eu sou avessa a fotografias e tal, quase nunca consigo me ver em nenhum. Mas a gente passou boa parte do tempo da ECO 92 juntos e inclusive foi lá que forjaram aquela história do Payakan, como que teria estuprado uma mulher, uma armação. Era a hora exata de os fazendeiros de descaracterizar uma liderança indígena como Payakan, uma tendência claramente preservacionista e tal, e eu e o Posey ficamos sabendo pelo jornalista que escreveu a matéria pra Veja, e que ia ser publicado no dia seguinte. Ele nos encontrou num restaurante lá e a gente questionou se já tinha entrado em contato com o pessoal da aldeia Gorotide, dizendo que era uma armação, o pessoal já estava alvoroçado e tal.”



Figura 6: Elaine com Payakan, no I Simpósio Internacional de Etnobiologia em Belém, PA, 1988

Realmente o evento no Rio de Janeiro foi marcante para todos os países em desenvolvimento e suas comunidades tradicionais, pois foi a primeira reunião mundial onde foram discutidos alguns assuntos relacionados aos interesses desses, relacionados ao meio ambiente. Dentre os vários assuntos, destacavam-se o acesso a recursos genéticos e os direitos dos conhecimentos tradicionais pelos povos locais. Nunca havia tido uma oportunidade para que representantes desses países discutissem esses problemas comuns e estabelecessem estratégias conjuntas de como enfrentá-los.

Se até antes daquela reunião o tema de recursos genéticos era sintetizado na frase “Os recursos genéticos são patrimônio da humanidade”, e cuja validade poucos ousavam discordar por temerem ser taxados de contrários aos direitos dos povos em termos mundiais, por outro lado, nas decisões e nos acordos tirados na RIO 92, e que apenas pouquíssimos países não referendaram, houve um adendo a essa frase, separada por uma vírgula (na minha singela interpretação), complementando-a, ficando assim: “Os recursos genéticos são patrimônio da humanidade, geridos pelos países que os detêm.” Bastante simples, mas de uma diferença estratosférica, uma vez que se reconhecia o direito de autonomia de gestão dos países detentores desses recursos, item não contemplado na leitura e entendimento da frase mais antiga.

Posey, representantes de comunidades indígenas e tradicionais, e os pesquisadores e políticos que defendiam essas bandeiras, tiveram grande importância no direcionamento e aplicação dessas propostas naquele evento. Lembro de um vídeo onde uma comissão liderada pelo antropólogo americano entra num dos prédios do evento, cercado por lideranças indígenas, num fluxo de gente extremamente congestionado, quase um empurra-empurra, para entregar um documento para as autoridades internacionais presentes no evento.

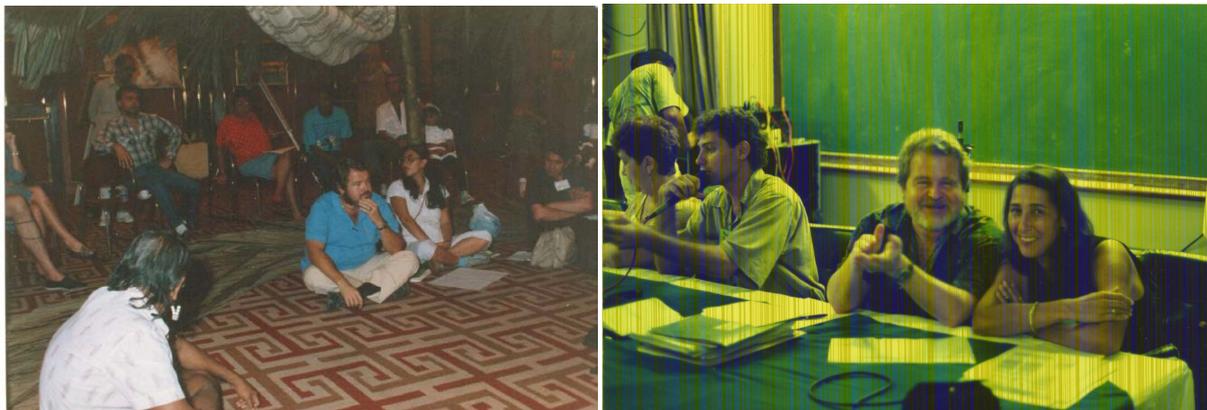


Figura 7 e 8: (esq) Posey no I Simpósio Internacional de etnobiologia, em Belém, PA, 1988; (dir) Posey e Elaine no 1º Simpósio da SBEE em Feira de Santana, Bahia, em 1996

A figura rechonchuda do Posey era facilmente localizada nos eventos em que participava. Quase sempre cercado por estudantes e outros pesquisadores e amigos, tinha uma grande paciência para atender a todos. Nas mesas de bar dos eventos e nas rodinhas de conversa, contava suas experiências de campo.

Uma de minhas conversas com ele se deu em Feira de Santana. Eu estava com uma dúvida metodológica em um dos aspectos do que viria a ser minha pesquisa de livre-docência, sobre unidades de paisagens reconhecidas pelos seringueiros na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre. Para ter uma caracterização mais técnica dessas unidades, pensei em realizar coletas de amostras de solo das diferentes unidades, para ver suas diferenças físico-químicas e eu tinha dúvida de qual deveria ser a quantidade de amostras de cada uma dessas unidades. Havia dificuldades logísticas e financeiras, pois teria que pagar pelo transporte aéreo das amostras, o custo seria grande, dada a distância entre Xapuri, Acre, onde fica a Reserva Extrativista Chico Mendes, até Botucatu, onde a UNESP tem um laboratório de análise de solos, cujas análises são cobradas, inclusive dos professores. Como ele havia feito uma caracterização parecida nas áreas Kayapó, certamente ele me daria dicas específicas.

- *Coletei mais de duas mil amostras de solo nos Kayapó, disse-me, no meio da conversa.*

Esclareceu-me, definitivamente. Não teria dinheiro suficiente para enviar tantas amostras assim, abandonando a ideia das análises de solo.

Posey participou dos simpósios da SBEE até sua morte, em 2001, conversando com as pessoas, dando incentivo aos mais novos, falando de suas experiências, dificuldades e também conquistas, como todo bom pesquisador deveria fazer.

Etnofarmacologia e o CNPq

Se verificarmos na lista das áreas de pesquisa do CNPq, adotada nas universidades, instituições de pesquisa e órgãos de fomento em todo o Brasil, a Etnofarmacologia está lá, como sub-área da Farmacologia. É a única “etno” da lista geral. Mesmo outras sub-áreas “etno”, e talvez mais numerosas em termos de participantes acadêmicos, como a Etnobotânica, Etnozoologia e Etnoecologia, elas não estão contempladas em nenhuma lista.

O que isso significa? Poderia significar, dentre outras coisas, que essas áreas não são reconhecidas pelos formuladores das políticas e programas científicos no Brasil, ou por aqueles que os coordenam em suas instâncias mais elevadas. E com isso, seriam menos valorizadas, “menos importantes”, e não mereceriam tanta atenção, tendo como consequência, uma diminuição na distribuição dos recursos disponíveis.

Mas como a Etnofarmacologia conseguiu essa proeza? Não sei se exclusivamente, mas a Elaine tem parte fundamental nesse processo.

Na moderna teoria da gerência de pessoas, dizem que elas devem ter uma capacidade de fazer articulações entre as chefias de uma empresa para galgar postos mais avançados, que têm que ter uma rede de contatos institucionais externas também e ter a habilidade de conectá-los e dialogar com todos. Assim, é um tipo de inteligência que começa a ser valorizado dentro da empresa. Creio que essa situação também pode ser colocada para a área acadêmica, mesmo nos setores públicos, como nós professores de universidades públicas.

Ou seja, juntamente com suas características curriculares, que podem ser realizadas de forma inteiramente individual, sem conexão com outros (mas na maioria das vezes isso não ocorre), a

habilidade/capacidade de estabelecer o diálogo e contato produtivo com essa rede, garante uma ampliação das possibilidades profissionais. Assim, Elaine, numa frase utilizada atualmente, bastante popular, “estava no lugar certo, no momento certo”. E ela era a pessoa certa também, completando a frase.

“Isso tem o dedo do senhor Darell Posey. Ele conhecia no Maranhão um pessoal que tinha entrado no poder quando do Sarney assumiu. Entre esses caras, nem vou me lembrar do nome dele, era um sujeito que tinha assumido um cargo ou tinha relação na Ciência e Tecnologia, e o Renato Archer, que até foi um muito bom presidente do CNPq, que era maranhense, e alguém ligado a ele assumiu ou tinha influência no Ministério. Numa noite, no Maranhão, conversa de bar, Lin, o Posey disse que queria que ele me ouvisse, e essa ideia de produzir drogas brasileiras pela diversidade brasileira desenvolvida com os conhecimentos tradicionais, foi o que pegou o cara pelos pés, o cara pensando mais em desenvolvimento autóctone, tinha seu valor. E eu fui preparada com esse discurso, propositadamente, para mostrar que os conhecimentos tradicionais tinham valor, pois quando você fala essas coisas em termos mais gerais, é mais difícil de as pessoas escutarem, e o Posey sabia disso. E pegando um exemplo mais concreto, que a gente poderia ter uma droga brasileira, por que a droga tal foi desenvolvida a partir do que as pessoas que conheciam tal planta, que a indústria farmacêutica tinha interesse em vender as coisas brasileiras, contei essa história, e que isso acontecia desde a época dos jesuítas, que iam com plantas e depois voltavam e mostrando o interesse estrangeiro em comprar as coisas brasileiras, foi sempre uma estratégia tupiniquim. Então foi assim, numa conversa de bar, e daí o cara voltou ao CNPq e colocou como sub-área da Farmacologia, Etnofarmacologia. E até hoje é assim.”

Recursos financeiros, vão e vêm...

No Brasil, a área de Ciência e Tecnologia não recebe os recursos adequados para o nível de sua importância. Sempre foi assim, e embora com recentes aumentos nas dotações orçamentárias (que acabaram agora no período do Temer), ainda não alcança o percentual que outros países, mesmo em desenvolvimento, destinam a essa área. Assim, uma saída para os pesquisadores é tentar obter recursos extras, tanto dentro do País quanto no exterior. Elaine teve “sorte” (ou competência) para isso. Ainda que os recursos brasileiros fossem escassos, seus contatos e parcerias internacionais permitiram a ela obter recursos extras para seus trabalhos.

Num desses contatos, diz que conheceu o Michael Balick, do Jardim Botânico de Nova York, depois de saber que ele tinha publicado um *paper* no *Journal of Ethnopharmacology*, que versava sobre o caso de um indígena da América Central ser tratado em um hospital, mas que também era acompanhado por um pajé porque clinicamente valia a pena; achou super interessante e escreveu uma carta para ele. Para sua surpresa, quando ele veio ao Brasil fazer um trabalho com palmeiras no Maranhão, parou em Belém do Pará, onde trabalhava. Ele teve um papel importante porque depois disso, ela conheceu algumas alternativas internacionais para captação de recursos e nos anos seguintes conseguiu aprovar uma delas, da *International Foundation for Science*, com as quais equipou melhor seu laboratório, associando com o pouco que conseguia no Brasil.

Em outro caso, conheceu Norman Farnsworth, da Universidade de Illinois, em Chicago, e que era um dos grandes expoentes da Farmacognosia e Farmacologia no mundo. Elaine queria fazer pesquisa no *Napralert* para organizar um banco de dados com informações sobre as plantas medicinais dos Kayapó, tema de seu trabalho de pós-doc nos Estados Unidos. Michael Balick pediu a uma pesquisadora do grupo de Chicago que conversasse com o Farnsworth para obter os arquivos de cento e tantas espécies medicinais, que sairia por um bom dinheiro. Na época, o acesso a essa base de dados era pago, mas posteriormente o acesso ficou gratuito para países em desenvolvimento. Farnsworth sugeriu que convidassem a Elaine para um seminário em troca das informações.

“E depois que eu dei esse seminário lá, que era considerada meio que a meca do negócio, de plantas medicinais como fonte de novas drogas, e eles acharam interessante pra caramba, então vi que alguma coisa do que fazia valia a pena. Isso ajudou bastante minha confiança nas coisas que estava fazendo, embora tivesse uma metodologia diferente na época, considerada inovadora e tal. Durante anos trabalhei para a OMS, no setor de medicina tradicional, como representante brasileira, e com essas reuniões e também congressos, eu e Farnsworth nos tornamos bastante amigos. É uma pessoa de quem sinto saudades.”

O *Napralert – Natural Product Alert*, foi a primeira base de dados computadorizada sobre pesquisa e ciência de produtos naturais, fundada por Farnsworth em 1975, e serviu de fonte de consulta de muitos pesquisadores, numa época em que ainda era muito demorado o acesso a artigos científicos, às vezes quase impossível. Quem se lembra do COMUT³ sabe muito bem disso.

Entre seringueiros nas florestas do Acre

Dentre os Estados amazônicos onde Elaine trabalhou, inclui o Acre. Considerada uma área importante dentro das pesquisas científicas, por ainda ter grande parte da floresta bem conservada, talvez em termos proporcionais apenas menor que o Amazonas. Além de ter diferentes comunidades indígenas e um movimento social e político que atraiu a atenção de muitos, este Estado entrou no circuito dessas pesquisas mais tardiamente.

“Particpei de algumas mesas redondas na Amazônia, durante a década de 1990. Havia um assunto que depois foi chamado de produtos florestais não madeireiros, valorização da floresta em pé com produtos da Amazônia, marketing the rainforest e eu participei de algumas delas. Muitas vezes era o com o Lutzenberger, o Jean Dubois, que propunha a utilização dos pequenos lotes da reforma agrária e cultivos agroflorestais. Numa palestra que eu fiz no Acre, em Xapuri, na primeira vez que eu havia estado naquele Estado, havia muita gente. Seringueiros, agricultores familiares, colonos de assentamentos, indígenas. Nesse evento estava tendo a discussão sobre alternativas econômicas com a floresta em pé e eu falei sobre a etnofarmacologia. Depois dessa palestra alguns vieram me pedir para fazer os levantamentos etnofarmacológicos em suas áreas e comunidades. Foi naquele momento que tive a ideia de fazer o manual para que eles mesmo fizessem a pesquisa e negociassem com as empresas e então convidei a Rachel e depois você, e com isso eu passei alguns anos trabalhando no Acre.”

O livro a que Elaine se refere é o chamado “Manual de coleta de plantas medicinais em reservas extrativistas” e foi escrito por ela, Rachel Trajber, antropóloga amiga dela, e por mim, publicado em 1995 e que serviu para dar noções gerais de coleta botânica em projetos de levantamentos etnobotânicos em áreas na Amazônia.

Naquele mesmo ano, defendi a minha tese de doutorado com o tema das plantas medicinais da Reserva Extrativista Chico Mendes, e fiz questão que em minha banca tivesse a participação do meu orientador (botânico), dela (etnofarmacóloga), da Rachel (antropóloga), do Professor Masca (agrônomo, que foi o orientador da tese de outro doutorado que fazia ao mesmo tempo), e do Douglas Daly, botânico do Jardim Botânico de Nova York, que havia financiado as minhas viagens de campo ao Acre. Uma banca bem abrangente, meu trabalho seria questionado por diversos ângulos, o que me agradou e ajudou bastante.

E para que minha alegria se fizesse completa naquela ocasião, na pequena audiência da defesa de tese, estavam presentes dois seringueiros daquela RESEX, o Paulo Gaudêncio e Virgílio Padilha, representando as famílias com as quais eu convivi e trabalhei durante 4 anos. Eles haviam vindo a Botucatu para escrever, a seis mãos, o livro das plantas medicinais encontradas na pesquisa de minha tese de doutorado, publicada um ano depois e distribuído para todos os seringais da RESEX por onde havia sido realizado o trabalho, como forma de retribuição e repartição de benefícios, e uma tentativa de garantia de direitos de propriedade intelectual, compromisso assumido por mim naquela época, antes da Medida Provisória do Governo Federal de 2001.

Depois disso, Elaine ainda me convidou para participar de um projeto que ajudava uma pequena saboaria na Sibéria, um bairro de Xapuri, chamada Saboaria Xapuri, que passaria a usar essências naturais provenientes da floresta acreana em seus produtos como cremes, sabonetes, sabões e shampoos. A saboaria era formada por moradoras do local e recebiam os produtos dos seringueiros, como óleo de castanha, óleo de andiroba, casca de jatobá, óleo de copaíba e faziam os produtos de forma artesanal. A ideia era incrementar esses produtos utilizando essências de plantas aromáticas da floresta, ajudando na renda dos seringueiros, das moradoras do bairro e oferecendo produtos naturais

³ COMUT é um serviço de obtenção de cópias de artigos científicos e textos técnicos entre bibliotecas do Brasil e do mundo, funcionando, na época, com o envio destas via correio

de qualidade. Alguns equipamentos mais adequados foram adquiridos e um curso de alguns dias foi realizado como preparatório e treinamento para que eles mesmos fizessem as pesquisas de campo.

Dois anos atrás, revisitando Xapuri, fui ao local e tive a grata oportunidade de verificar que a saboaria ainda existe, funcionando, e que incluiu sim, algumas plantas da região em seu “catálogo” de produtos. Recebi de presente alguns desses produtos da coordenadora da época e atual, Dona Carmita. Vi também, com emoção, fotos da época, que estavam em umas das paredes do estabelecimento, onde eu e Elaine aparecíamos em algumas delas. Direto do túnel do tempo, mais de vinte anos atrás.



Figura 9: Com seringueiros e moradores de Xapuri, em 2002. Dona Carmita é a senhora em pé do lado direito de Elaine

Feira, ano zero

- *Lin, você é capaz de escrever, agora, 500 nomes científicos de plantas medicinais?*

Fui tomado de surpresa com essa pergunta dela. O local era em Feira de Santana, onde ocorria o 1º Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, em 1996. Pensei comigo mesmo e por segundos avaliei se tinha essa capacidade. Gostava de Botânica, tinha sido estagiário nesse departamento na ESALQ durante minha graduação e já tinha concluído o mestrado na área na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba e estava finalizando um dos meus dois doutorados, o de Botânica, na UNESP, em Botucatu. Andava muito pelo mato (modo bastante popular de designar as diferentes formações vegetacionais no Brasil) e vivia enfiado em livros sobre plantas. Os leigos em Botânica ficam muitas vezes admirados quando conhecem algum botânico e este vive a lhes citar nomes científicos com enorme facilidade. Acredito que a maioria dos botânicos sabe de memória centenas (ou milhares) de nomes científicos. E eu me considerava um botânico. Então dei lhe a resposta mais óbvia.

- *Vamos então, comece a escrever!* disse-me, sem a menor sem-cerimônia.

Peguei o meu caderno e comecei a colocar no papel os diferentes binômios latinos que me vinham à cabeça, bastante rápido. Depois de um certo tempo, a memória começou a fraquejar. Os nomes demoravam a aparecer. Eu não tinha estabelecido um procedimento padrão para levantar esses nomes, do tipo: começar pela família por ordem alfabética, indo para os gêneros, e depois o nome completo, ou começar com as plantas para dor de cabeça, para dor de barriga, e assim por diante. Então os nomes vinham aleatoriamente e eu tentava pegá-los com a rede de meu pensamento, mas a maioria ia escapando. Também não combinamos um tempo para resolver essa questão. Quem sabe em alguns dias, depois de descansar, a lista estaria completa.

O fato é que eu desisti no meio do caminho, e via no rosto dela uma expressão de compreensão. E também de estímulo. Poderia ter aceitado o desafio, acho que poderia cumprir. Mas sua mente sagaz estava aguardando outra oportunidade. Disse-me agora:

“Acho que me lembro do porquê te desafiei a escrever 500 nomes de plantas. Comparava com o que os índios sabiam de muita coisa. Posey dizia: pensa o número de ruas que sabes, os nomes ou telefones de pessoas ou atrizes, e vais ver que é como eles. Só que coisas diferentes. Acho que te desafiei para ver se sabias tantos nomes de plantas... Porque, só de sacanagem, não foi.”

Neste evento, Elaine foi eleita a primeira presidente da Sociedade recém fundada. Uma grande responsabilidade. Não participei diretamente dos bastidores desse evento. Fui a Feira de Santana na qualidade de “novato”, inscrevi um resumo para ser apresentado em painel, cheguei de ônibus vindo de Salvador e fiquei no alojamento de estudantes que a comissão oferecia, a preço módico (ou foi de graça, não me lembro).

Mas me lembro de ter conhecido a Rumi, também do Rio Grande do Sul. Acho que na época ela era estudante de mestrado e técnica do herbário da UFRGS, que também estava no mesmo alojamento. Com máquinas fotográficas às mãos, saímos para conhecer o entorno do campus da UEFS, uma atividade muito legal.

Então, segundo Elaine, a presidente era para ser Juliana Santilli⁴ mas que o grupo achava que ela não tinha um currículo tão bom, então ela acabou sendo escolhida. Claro que, seguramente, há divergências quando se trata de avaliar currículos das pessoas, mas o fato é que essa decisão foi tomada na ocasião, e sem dúvida, seu excelente currículo e os contatos que tinha dariam um reforço enorme em termos acadêmicos e políticos para o início de uma sociedade científica.

“Eu tenho, zero, zero, zero crédito para mim na organização do evento. Eraldo, Fábio, e outros de Feira, eram os meninos que fizeram aquele congresso, como num serviço de transformistas, pois de dia eles estavam de calção, camiseta e chinelo havaiana, e depois de noite, de terno e gravata e cabelo arrumadinho. Acho que eles já tinham a ideia de fundar a sociedade. Chorei quando os vi na abertura! Eu chorava quando tocaram o hino nacional, ao lado do Brent Berlin, que não entendia nada porque eu chorava. Aquele congresso foi sensacional!”.

Mas Elaine, na época, já era uma pesquisadora/professora conhecida. A escolha não poderia ter sido a melhor possível. Se encarregou de organizar a parte institucional/burocrática da sociedade, além de representação acadêmica e política. Foi dela também o atual logotipo da SBEE e também quem primeiro editou o boletim da sociedade, na época impresso ainda, divulgando informações para um quadro de associados ainda pequeno. Aliás, hoje a SBEE ainda carece de um maior número de sócios, a diretoria e as representações regionais precisam oferecer atividades que incentivem a participação de novos (e antigos) sócios.

“Acho legal que a sociedade ainda exista, mas às vezes acho que sejam um pouco repetitivos, no sentido das temáticas dos eventos, e as pessoas que a carregam nas costas, mas acho que isso também seja verdade em todas as sociedades”.



Figura 10: Elaine em mini-curso em Feira de Santana, BA, em 1996

⁴ Juliana Santilli, advogada, procuradora da república em Brasília, e ambientalista, foi fundadora do ISA, faleceu em 2015.

Frustrações e Impotência; afazeres e futuro.

Nem tudo são louros ou situações de regozijos na nossa vida ou no nosso trabalho. Situações indesejáveis acontecem e devemos saber encará-las ou enfrentá-las. Nem todos conseguem fazê-lo adequadamente, com sequelas observáveis somente depois de algum tempo. Mas faz parte da vida.



Figura 11 e 12: (esq) Elaine em seu escritório com uma de suas orientadas, Gabriela Peixoto Coelho de Souza, hoje professora da UFRGS. - notar ao fundo cartaz do I International Congress of Ethnobiology; (dir) com Roberto (marido), quando foi homenageada pela SBEE em Feira de Santana em 2016

Teve muitas alegrias, contudo. Fizeram-na extremamente feliz e com a autoestima fortalecida. Foram atividades que complementaram o dia-a-dia de uma professora universitária. Momentos para contrabalancear as negativas.

“- Acho que fiz o meu papel com louvor, orientei muitos estudantes, fui homenageada em alguns anos nas formaturas dos alunos de graduação e paraninfa três vezes. E a SBEE me homenageou em Feira de Santana, em 2016. Fiquei muito feliz.”

Algumas frustrações também acompanham seus pensares e relembra algumas delas, refletindo sobre o que aconteceu.

“Não ter conseguido chegar ao fim de alguns trabalhos, entendido como foi esclarecido o mecanismo de ação mais completo, o princípio ativo mais importante e não ter levado aquele trabalho a alguma droga e ajudar a desenvolver algum medicamento, que ajudasse a aliviar o sofrimento de alguém. Mas teve um tempo em que minha casa e um bom tempo do meu dia-a-dia era um entreposto de problemas de índios, caboclos; sempre aparecia gente que eu nem conhecia, aparecia na minha casa pedindo para ir ao médico, para levar não sei aonde, por que alguém tinha dito. Chegou uma hora que eu tinha que me afastar disso. Foi muito avassalador! E esse sentimento de ter me feito afastar, também não é um sentimento confortador. É um desespero e uma sensação de impotência. Nesse sentido a retomada de trabalhos com etnobiologia em geral, e com os Kayapó em particular, tem sido maravilhoso. Com o laboratório para coordenar não era possível me afastar e a aposentadoria me deu tempo para retomar coisas das quais eu tinha me afastado.”

Elaine vê o Brasil hoje com tristeza, nas questões política e as relacionadas às comunidades tradicionais e indígenas. Não está muito animada com tudo isso.

Ah Lin, vendo o retrocesso que está acontecendo em tantas partes do Brasil, em todos os cantos, o ataque maciço aos direitos indígenas, o avanço do agronegócio, esse olhar imediatista, neoliberal, essa coisa avassaladora desse retrocesso que a gente está vivendo, em outras partes do mundo, mas no Brasil em particular, é difícil ficar otimista. Recentemente, eu e o Roberto fomos a uma manifestação indígena sobre o Pico do Jaraguá, mas é muito avassalador, na Avenida Paulista, embaixo do MASP, o entorno. Eu me sinto acovardada, apequenada, sofro, não tem dúvida nenhuma. Não é falta de empatia, mas para onde vou, o que posso fazer.

A vida de um professor é, para quem gosta dela, muito complexa. Para que possa ser bem desenvolvida, exige uma capacidade intelectual associada com habilidades no trato com as pessoas,

sejam elas alunos, funcionários, outros professores e as comunidades envolvidas mais diretamente no trabalho. Há fases, algumas facilmente detectáveis, outras não.

Em geral, as fases iniciais são mais empolgantes, mais animadas. Afinal, acabamos de entrar num mundo novo, cheio de tarefas diferentes das que fazíamos, e desafios. Os alunos mudam, ano após ano, dando-nos a motivação constante, afinal, os alunos são diferentes a cada turma.

A fase da estabilidade é mais ampla, pois já nos acostumamos ao nosso trabalho, sabemos quais são os passos a seguir e já temos a experiência comprovada nesses anos anteriores. Por quantos anos ficamos nessa fase? Difícil dizer, pois também cada professor tem suas próprias características e não é fácil avaliar como ele se comporta. Além disso, muitas coisas podem acontecer durante esse período. Um projeto bem sucedido (ou mal sucedido), uma aula bem dada (ou mal dada), uma turma participante (ou apática), uma chefia legal (ou perseguidora), um projeto de pesquisa aprovado (ou denegado), dentre outras coisas das afazeres cotidianos do professor.

Já a fase seguinte, a que se inicia o final da carreira, esta também tem suas características. Pode haver um professor que, com sua aposentadoria, haverá um acontecimento abrupto, ficando, de um dia para outro, em situação totalmente diferente e estranha. É preciso uma fase de transição pensada e (tentativamente) programada. Há aqueles que, por não programarem essa fase de transição, ao se aposentar, continuam trabalhando no mesmo local, como se nada tivesse acontecido.

Mas parar, todos teremos que parar algum dia; a questão é saber parar, parar bem.

”Sempre fui muito avessa a qualquer cargo de chefia, fora a chefia de meu laboratório, as questões burocráticas, nunca quis participar dessas instâncias, chefe de departamento, política universitária, nunca participei de nada além de CONGRAD e Câmara de Pesquisa. Não tinha saco para participar das reuniões. Saía com sensação de perda de tempo. Tanta coisa para fazer no lab! Com o tempo, a universidade mudou e ficou muito burocratizada, dos próprios projetos, da docência, mil comitês disso e daquilo, regras e mais regras, não combinam comigo. Eu estava muito afins de largar tudo isso. Fui boa professora na graduação, gostava muito e o resultado era mais que reconhecido pelos alunos. Mas depois de um certo tempo eu comecei a perceber que já não tinha a mesma dedicação. Depois de um aluno ter me perguntado uma questão sobre sistema nervoso autônomo, no começo de um semestre, notei que abreviei a resposta. E isso me marcou muito; senti que eu abreviei a resposta a uma pergunta que já tinha sido feita umas sessentas vezes, mas me dei conta que era a primeira vez que aquele aluno me perguntava aquilo, ainda que fosse a enésima vez que eu respondia. Esse aluno ou os alunos, não tinham nenhuma culpa se eu estava cansada. E não mereciam um tratamento abreviado... Nem é justo com os alunos nem é justo comigo. Além disso, o meu laboratório começou a ter problemas, precisava de reformas, mas foi destruído e nunca reconstruído. Foi uma violência! A então chefe do departamento, Professora Iraci Torres, me manda um email dando 24h para desmontar o laboratório que usei por 20 anos! Depois descobri que ela não tinha garantia nenhuma da reconstrução. Alguns acham que tinha até outros planos para o espaço. Em função disso, a minha atividade de pesquisa caiu vertiginosamente. Não pude mais aceitar alunos de Mestrado ou IC. Tentei por todos os lados, mas não houve jeito. A aposentadoria foi uma saída boa, me filiei a um departamento muito melhor, associado a pós-graduação que atuo há uns 25 anos, e agora como docente convidada, trabalho em pesquisa e leciono na Pós. Nunca pensei que trabalharia tanto depois de aposentada, e apesar de continuar ali com neurociências/neuroquímica, a aposentadoria também me deu a chance de me reaproximar da etnobiologia.”

Casada pela segunda vez, Elaine está ainda envolvida com a UFRGS, atuando na pós graduação, projetos de pesquisa e tarefas acadêmicas. Seguramente não está mais pressionada pelo tempo, como antigamente, e então pode fazer as coisas mais tranquilamente. Mas...



Figura 13: No Jardim Botânico do Rio de Janeiro

“Sim, eu me aposentei aos 62 anos, em outubro do ano passado. Eu estava disposta a parar. Vou dar um curso de pós-graduação em Porto Alegre, acho que é legal. As três vezes que eu já fui para lá, em 2017, eu gosto quando estou lá no meio do agito, no meio dos alunos, muita gente, passo um tempo trabalhando, mas vejo que inexoravelmente, como não estou fazendo aquilo todos os dias, vou ficando desatualizada, vou perdendo o pique. Não sei quanto tempo eu vou levar para parar realmente. Eu acho que gostaria de fazer outras coisas sim. O Roberto acha que eu deveria escrever sobre essas histórias que eu conto e as pessoas não sabem. Me comprometi com um colega, o Domingos Sávio Nunes, a reescrever um capítulo sobre óleos essenciais para uma editora europeia; tem outro capítulo para uma editora brasileira; tem uma editora me pedindo um livro de Farmacologia que eu acho não vou fazer, e tem outra editora que talvez eu escreva livros mais de divulgação científica. Tem os papers dos projetos com os quais colaboro. Ao estudar para esses capítulos já surgiu um novo projeto que será feito na Bioquímica... aquilo de uma coisa puxa a outra, e vá saber quando de fato para. Eu ainda estou me reformatando, e eu espero me reformatar, uma coisa bacana, pois quanto mais a gente faz, mais a gente faz, mas como agora não tenho a pressão de todo o dia, no começo principalmente me atrapalhei um pouco, mas agora já me enchi de trabalho por meses, anos...”

Parar um dia, ela vai parar, mas pelo visto, ainda terá muitas outras histórias para contar.

Finalizando a conversa

Da minha conversa gravada com Elaine, outros assuntos importantes não foram abordados agora. Vou ter que deixar para outra ocasião, pois aqui também estou entupido de trabalho. Fora a análise de dados da pesquisa que faço no Jardim Botânico, fico quase que diariamente lidando com atividades do trabalho na UNESP em Botucatu, não consegui me desvencilhar dele, apesar de estar liberado integralmente para ficar concentrado na pesquisa no exterior. Dezenas de emails (e mensagens do whatsapp) com várias coisas demandadas, relatórios (muitos deles atrasados), relatoria de processos do CNPq, Fapesp, avaliar artigos de revistas, ver as demandas da *Ethnoscintia*, escrever projetos para editais com meus colegas de Departamento e de outras instituições, atender à crescente burocracia universitária, acompanhar o desenvolvimento das pesquisas de campo de meus orientados, ler resumos para congressos, finalizar livros, capítulos e artigos. Tudo isso e mais um pouco. Coisas que acontecem com os professores ou pesquisadores quando saem do Brasil.

Nem tenho tido tempo para visitar alguns lugares que ainda não conheço da Big Apple. Não estou com cabeça de turista, pois assim não me considero. Agora, minha cabeça está mais para morador regular nova-iorquino, que trabalha no vai-e-vem da vida agitada desta cidade. Espero poder

ter outra oportunidade para completar a conversa, pois foi uma experiência nova e interessante para mim, pelo jeito diferente em que foi realizada e pelos assuntos falados.

E por que não dizer, ao final, que sou um admirador dessa professora e pesquisadora, que trabalhou muito para que a Etnofarmacologia no Brasil pudesse atingir o nível em que está agora? Que considero seu trabalho fantástico e que tem servido de exemplo para muitos de nós? Isso pode dentro de uma entrevista? Causaria uma interferência externa nas suas respostas ou considerações sobre os temas perguntados? Deveria manter isento distanciamento? O que dizem os manuais? Independentemente do que está escritos nos livros, eu me dou o direito de poder dizer que sim, a mim é permitido externar essa posição. Mesmo na figura de entrevistador, tenho meus próprios meios de pensar e agir. Nesses trinta anos de contato com ela, a admiração foi aumentando, não tenho como esconder esse fato.

Mas isso não me impede de dizer que uma coisa ainda me incomoda e sobre isso temos uma posição divergente: quando a SBEE foi fundada em 1996, em Feira de Santana, talvez por causa de seu tempo passado no exterior e de sua tendência em falar algumas expressões ou palavras em inglês, a pronúncia que ela adotou para o acrônimo da nossa sociedade, SBEE, foi de um “ee” com som de “ii”, em uma similaridade fonética com a palavra “abelha” em inglês (*bee*), mas que deveria adotar, como eu adoto, uma posição mais adequada à área de pesquisa à qual nos envolvemos aqui no Brasil, com a pronúncia de “ee” mais aberto, ou seja, “éé”, como o som de um bode berrando na dura realidade dos sertanejos da caatinga nordestina (béé).

Isso é assunto para mais conversas...